

## **Desafios e Perspectivas do Jornalismo Frente às Bolhas de Informação nas Redes Sociais Brasileiras<sup>1</sup>**

Andréa Rosevell Souza dos SANTOS<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, SE

### **RESUMO**

Este estudo investiga o impacto das bolhas de informação e opinião nas redes sociais sobre o jornalismo e a democracia. Com base em uma revisão teórica e entrevistas com jornalistas da agência de notícias, Aos Fatos, busca-se compreender como essas bolhas afetam a diversidade de perspectivas na esfera pública e o papel do jornalismo tradicional. Os resultados destacam os desafios enfrentados pelo jornalismo na era digital e a necessidade de adaptar-se para promover a pluralidade de vozes e evitar a polarização. Essa pesquisa contribui para a compreensão das dinâmicas contemporâneas da comunicação política e da democratização da informação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bolhas de Informação; Jornalismo; Democracia; Pluralidade; Redes Sociais.

### **CORPO DO TEXTO**

Décadas antes da chegada da internet, agentes da esfera política já acusavam o jornalismo de, com seus valores, “pressionar líderes políticos e até mesmo seus colegas para serem (ou parecerem) ágeis, inovadores e relevantes; ativos” (Blumler & Coleman, 2017, p. 14). A mídia tradicional, segundo os autores, era criticada por “desengajar” políticos competitivos e compromissados em detrimento dos “líderes midiáticos”, de incitação do ódio, da violência, promovendo bate-bocas entre políticos de oposição, principalmente em período eleitoral. Para Blumler e Coleman (2017), a internet “corrigiu” desequilíbrios de representação formal, justamente por meio da criação desses “espaços para coordenação coletiva relativamente barato” (Blumler & Coleman, 2017, p.19) que colocou em xeque as relações entre a mídia e a democracia. Segundo eles, o jornalismo tradicional já era reprovado constantemente no teste da inclusão e na abordagem de enquadramentos alternativos ao pensamento majoritário, resultando na exclusão “persistente e sistemática” das experiências, necessidades, reivindicações e pontos de vista dos grupos mais marginalizados da sociedade (Blumler e Coleman, 2017). Disso decorre, segundo os autores, os surgimentos das discussões em torno da

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Desinformação, Educação Midiática e Fact-Checking evento integrante da programação do 24º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 8 a 10 de maio de 2024.

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe.

legitimidade e relevância do jornalismo para a tratativa de temas polêmicos e importantes para a democracia (a pluralidade).

Ativistas à direita e à esquerda tradicionalmente denunciam a suposta parcialidade e comprometimento da mídia com interesses comerciais. Leitores especialistas em determinado campo, por outro lado, irritam-se com as imprecisões ou erros flagrantes contidos em reportagens. Até agora, estes grupos tinham apenas o instrumento das cartas, telefones ou publicações caseiras para expressar suas opiniões ou publicar matérias como pensam que estas devam ser. Hoje, podem empreender esforços individuais ou coletivos para produzir suas próprias informações.” (p.41)

Conforme descrevem Primo e Träsel (2006), foi esse espírito de época que fez explodir, logo nas primeiras décadas de difusão da internet, uma onda de “jornalismo alternativo”, “jornalismo cidadão” e o “webjornalismo participativo”. Sob essa ótica, o jornalismo institucional passava a ser notado como a força do Estado e do capital, contra a qual se deseja lutar. A deontologia jornalística, um mito, e a separação entre emissor e receptor, a mesma divisão social do trabalho entre produção e consumo (Enzensberger, 1978 apud Primo & Träsel, 2006).

Os mediadores alternativos, segundo Primo e Träsel (2006), intitulam-se movimentos de resistência e ativismo contra “repressão” e o “cerceamento da liberdade de expressão” exercida pela burocracia monopolistas que reivindica a técnica contra as massas dependentes. Vigorava entre os adeptos dessa filosofia o comportamento “computer underground” ou “cyberpunks”, na qual as instituições, inclusive as jornalísticas, são tratadas como impeditivos para que a informação flua livre e o poder descentralizado.

As organizações jornalísticas encontram, hoje, dificuldades de estabelecer condições de legitimação para orquestrar a mediação da comunicação política e a capacidade de funcionar como elo de coordenação de subsistemas. A sociedade vem questionando principalmente os atores, condições, ocorrência e soluções invisibilizadas pelos filtros jornalísticos e discutindo a relevância desses filtros para a democracia.

Nesse contexto, a fim de se permanecer relevante e voltar a funcionar como estabilizador social, o jornalismo político precisaria, trazer informações objetivas sobre o ambiente político; não incentivar a polarização nem a guerra; ampliar o número de vozes na esfera pública; manter a independência das fontes de poder; e abrir linhas de comunicação transversal (Blumer & Coleman, 2017).

A participação política não institucionalizada, também chamada política de protesto, vem crescendo na democracia contemporânea. O ambiente digital resultou num aumento desse tipo de engajamento do cidadão em atividades políticas, tais como, boicotes, manifestações greves ocorrem por vias alternativas às tradicionais; uma participação política que assume novas características: 1) as mobilizações são reativas e geradas por oportunidades esporádicas, não pela compreensão do compromisso civil de cada agente social; 2) o caráter pessoal dos pleitos em detrimento das necessidades comunitárias; 3) a escolha de representantes pela viés da identificação com persona em detrimento da coligação partidária (Manim, 2013, p.125).

A nova cultura política é crítica e de base deliberativa (Hansen, 2016) numa “esfera pública de cacofonia” em detrimento de uma de coerência (Blumler e Coleman, 2017, p.21). Segundo (Hansen, 2016), há um desencontro entre as abordagens sobre esfera pública e comunicação política apegadas à ideia de apatia do desejo de coordenação inerente aos indivíduos, que se revela nessa resposta ativa dos atores políticos. Esse movimento se alinha à quebra das estruturas sociais hierarquizadas tradicionais, que vem gerando cada vez mais individualização e independência dos atores dos centros de comunicação política tradicionais na formação de comunidades. São os meios alternativos, informais e contra-hegemônicos de comunicação que, hoje, constituem públicos, bem como constroem a opinião, contra-discursos, novas interpretações oposicionais e identidades grupais.

Em síntese, em sua nova acepção, a esfera pública (geral ou ampliada) pode ser definida como o espaço simbólico da luta por influência para a formação discursiva da opinião pública e da vontade política. Ela inclui não apenas as esferas autônomas da sociedade civil não colonizadas pelo poder do Estado e do mercado, como também as esferas públicas políticas formais do Estado (legislativo, judiciário, etc.) e a esfera abstrata das mídias. (Hansen, 2016, p. 232)

A esfera pública de visibilidade midiática, conforme Hansen (2016), completaria seu exercício fundamental para a sociedade civil e como fator indispensável para o funcionamento da democracia deliberativa, na orientação à compreensão mútua entre estas esferas formais e informais. Mais especificamente no estímulo à vontade política dos indivíduos para deliberar em conjunto; na formação de consensos e no sentido de um “todo” contemplado pelo processo deliberativo. Esse consenso não significa uma síntese

das posições concorrentes, mas uma resolução brotada de negociações justas e acordos aceitos como legítimos entre os interessados na discussão pública.

A legitimidade da vontade política é fruto da crença no processo deliberativo em si, bem como de uma ordem política ilibada e mídia independente. Assim, à comunicação política não cabe apenas o princípio da publicidade dos temas de interesse, mas o papel de criar as condições processuais para permitir aos atores funcionarem como terminais confiáveis de redes informativas e de comunicação. O papel da comunicação política, pois, seria assegurar esta pluralidade de opiniões, assumindo a “indisciplina estrutural dessa esfera pública” (Hansen, 2016).

Entretanto, por considerar ligações formais ou informais na geração de fluxos de informação, a esfera pública de visibilidade midiática na democracia contemporânea passa ao largo de um sistema normativo (Hansen, 2006). A legitimidade da pressão exercida pela imprensa, em nome da sociedade ou da opinião pública sobre os governos, não encontra em sua categorização histórica como uma instituição da sociedade civil, o instrumental necessário para tanto. A acumulação de poder pelas organizações jornalísticas é contraposta com a defesa radical da do pluralismo na esfera pública. O poder do jornalismo é agora interpretado como umas barreiras institucionais que impossibilita o acesso equitativo às condições sociais e políticos de participação na esfera pública.

Conforme o percurso teórico e fatos da realidade material levantados nesse trabalho, defendemos que as questões que permeiam a relação entre mídia, audiência e democracia diante da lógica das bolhas de informação e opinião em redes sociais opinião vão além da mera elucidação de questões de mis-, dis- ou mal- informação. Essa condição estrutural desafia o jornalismo a revisitar o seu papel fundamental nesta sociedade.

Em linhas gerais, defendemos a existência de bolhas em redes sociais virtuais (Pariser, 2011), que se referem ao comportamento de grupos políticos ideologicamente homogêneos, localizados no interior de esferículas públicas (Bruns, 2023). Esses agentes políticos atuam na disseminação de informações orientada pela perspectiva de ganhos puramente pessoais e acumulação de capital social em detrimento dos valores de instituições hegemônicas, principalmente instituições midiáticas, como o jornalismo. Eles utilizam o espaço das redes sociais digitais para aumentar o prestígio de suas próprias posições dentro de suas bolhas sem permitir que o mesmo tópico de suas posições seja

exposto aos sistemas de interpretação plurais. É elementar concluir, que a própria configuração e existência de estruturas de bolhas em redes sociais impõe limitações ao exercício do jornalismo em sua formatação tradicional.

Consideramos os jornalistas como agentes privilegiados diante dos quadros de sujeição impostos pelo fenômeno, articuladores de uma dimensão presente, prática e operacional do conhecimento, capazes de posicionar os demais sujeitos diante das lutas epistemológicas do cotidiano (Genro Filho, 1987; Franciscato, 2008). Assim, esse trabalho foi desenvolvido a partir de entrevista com os jornalistas do Aos Fatos como forma de trazer dados acerca do que esses profissionais conhecem, compreendem, fazem e creem em relação aos processos que debatemos (Martino, 2018). Cada jornalista convidado mostra-se como sujeito dos processos trazidos pela teorização, falando da sua relação com as tecnologias, com os públicos, com os seus valores profissionais e com o fenômeno envolve a todos.

Entendemos que o estudo desta complexa estrutura que envolve jornalistas e agentes médios da sociedade, que tomam para si os processos de configuração — ou reconfiguração — da democratização — ou desdemocratização — na fundamentação de uma ideia de cidadania que flui de baixo para cima, foi fundamental para identificar onde as intervenções sociais, tecnológicas e comerciais florescem e onde são disfuncionais.

## REFERÊNCIAS

**BLUMBLER**, Jay G; **COLEMAN**, Stephen. A democracia e a mídia revisitadas. Revista Compólitica, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 7-34, 2017.

**BRUNS**, Axel. Echo Chamber? What Echo Chamber? Reviewing the Evidence. In: Future of Journalism 2017, Cardiff, 15 set. 2017. Disponível em: <http://snurb.info/files/2017/Echo%20Chamber.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. Gatewatching and News Curation: Journalism, Social Media, and the Public Sphere. New York: Peter Lang, 2018a.

\_\_\_\_\_. Are Filter Bubbles Real? Cambridge: Polity, 2019.

\_\_\_\_\_. Gatekeeping, Gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o Jornalismo. Brazilian Journalism Research, Brasília, v. 7, n. 2, 2018.

**FRANCISCATO**, Carlos Eduardo. Desafios para pensar a geração de conhecimento no campo do jornalismo. Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM. Natal: Intercom, 2008.

**GENRO FILHO**, Adelmo. O segredo da pirâmide. Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Ortiz, 1987.

**HANSEN**, Messiluce da Rocha. Esfera pública midiática: um estudo a partir dos princípios do discurso público e do modelo de democracia deliberativa Habermasiana. 201.

**MARTINO**, Luís Mauro Sá. Métodos de pesquisa em comunicação - projetos, ideias, práticas. Petrópolis: Vozes, 2018.

**PARISER**, Eli. The filter bubble: What the internet is hiding from you. London: Penguin UK, 2011.

\_\_\_\_\_. The filter bubble: What the internet is hiding from you. Penguin UK, 2011. University of Amsterdam. Van Heerikhuizen, Bart - Figurational Processes. Youtube, 4 ago. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4xgnqWhxILE>. Acesso em: 17 out. 2022.

**PEW INTERNET AND AMERICAN LIFE PROJECT**. Bloggers: A Portrait of the Internet's New Storytellers. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3W4M2i2>. Acesso em: 12 dez. 2023.

**PRIMO**, A. F. T. A emergência das comunidades virtuais. In: Anais Intercom XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos, SP, 1997. Disponível em: <https://bit.ly/3BodhKL.1>. Acesso em: 07 abr. 2023.

**PRIMO**, A.; **TRÄSEL**, M. Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias. Revista Contracampo, Niterói, RJ, p. 37-53, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3o5mpkr>. Acesso em: 28 fev. 2013.

**RECUERO**, Raquel. Considerações sobre a difusão de informações em redes sociais na internet. In: Intercom Sul, 2007.

\_\_\_\_\_. Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. In: Metamorfoses jornalísticas, v. 2, p. 1-269, 2009.

**RECUERO**, R. D. C.; **ZAGO**, G. D. S.; **SOARES** F. B. Mídia social e filtros-bolha nas conversações políticas no Twitter. In: Anais XXVI Encontro Anual da Compós. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/41yZuvO>. Acesso em: 07 mai. 2023.